

ponderação de cada um dos fatores que integram os métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

17 — Em situações de igualdade de valoração serão observados os critérios de ordenação preferencial estipulados no artigo 35.º da Portaria, em caso de subsistir igualdade de valoração efetuar-se-á o desempate nos termos dos critérios definidos pelo júri do procedimento.

18 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação pelo Presidente da Câmara Municipal de Lousada, é afixada em local visível e público das instalações do Município de Lousada e disponibilizada na respetiva página eletrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria, sendo publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*, com a informação da respetiva publicitação.

19 — O recrutamento será feito nos termos definidos na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LGTFP e terá lugar após o termo do procedimento concursal.

20 — Composição do Júri: o Júri do procedimento é composto por um presidente, dois vogais efetivos e dois vogais suplentes:

Presidente do Júri — Carla Filomena da Rocha Dias, Chefe da Divisão de Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo, em regime de substituição;

Vogais efetivos

1.º Vogal: Ana Maria Fernandes Faria, Técnica Superior de Serviço Social, substituindo o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal: Carla Fernanda Vilela Ribeiro, Técnica Superior Turismo;

Vogais suplentes

1.º Vogal: Carlos Paulo Rocha e Sousa, Técnico Superior Gestão;

2.º Vogal: Inês Filipa de Moura Cardoso, Técnica Superior Educação Social.

21 — Conforme exarado no despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, faz-se constar a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

22 — Quotas de Emprego:

De acordo com o artigo n.º 3, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência.

Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão no ponto 8.1 do Formulário de Candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

8 de novembro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Pedro Daniel Machado Gomes*, Dr.

311804562

## MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALEIROS

### Aviso n.º 17274/2018

#### Procedimento concursal comum para ocupação de postos de trabalho temporários do mapa de pessoal do Município de Macedo de Cavaleiros

Nos termos do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 33.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, doravante designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, aplicável, à Administração Local, pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, faz-se público que, por despacho do Presidente da Câmara, datado de 2018-10-25, encontram-se abertos, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, procedimentos concursais comuns para ocupação dos seguintes postos de trabalho temporários e vagos no mapa de pessoal de 2018 do Município de Macedo de Cavaleiros:

1 — Identificação dos procedimentos concursais:

Ref.ª A — Um Técnico Superior, atividade de Psicologia.

Ref.ª B — Um Técnico Superior, atividade de Economista.

2 — Entidade responsável pela realização dos procedimentos concursais:

Município de Macedo de Cavaleiros.

3 — Ato administrativo que aprova os recrutamentos:

Deliberação da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, datada de 18 de outubro de 18, tomada por maioria, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

4 — Legislação aplicável ao concurso:

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (LTFP), Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

5 — Consultas:

5.1 — Consultas externas:

De acordo com a solução interpretativa uniforme da Direção-Geral das Autarquias Locais de 15-05-2014, homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15-07-2014, «as autarquias locais não têm de consultar a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação».

Nos termos do previsto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi efetuada consulta à Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes sobre a existência de pessoal em requalificação naquela entidade, a qual remeteu Declaração de não constituição da Entidade Gestora da Requalificação das Autarquias (EGRA), bem como não se encontra constituída reserva de recrutamento no próprio organismo.

5.2 — Consulta interna:

Os postos de trabalho não podem ser ocupados por candidatos em reserva de recrutamento *in house*, a que se refere o segmento inicial do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, por tal reserva não se ter constituído no Município de Macedo de Cavaleiros em anterior procedimento concursal, nem em procedimento concursal destinado unicamente para esse efeito.

6 — Vínculo de emprego público:

Ref.ª A: Contrato de trabalho em funções públicas, constituído a termo resolutivo incerto, com fundamento no n.º 1, alínea a) do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social.

Ref.ª B: Contrato de trabalho em funções públicas, constituído a termo resolutivo certo, com fundamento no n.º 1, alínea g) do artigo 57.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas — Gabinete de Apoio à Agricultura/Agricultores e Empreendedorismo.

6.1 — Duração do contrato de trabalho:

Ref.ª A: enquanto se verificar a mobilidade do trabalhador que vem substituir.

Ref.ª B: 1 (um) ano, renovável.

6.2 — Prazo de validade:

Os procedimentos concursais são válidos para o preenchimento dos postos de trabalho colocados a concurso e para ocupação de idêntico posto de trabalho, a ocorrer no prazo de 18 meses, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

7 — Caracterização dos postos de trabalho:

Ref.ª A: Técnico Superior, atividade de Psicologia — funções de grau de complexidade funcional 3, mencionadas no Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designadamente funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.

Ref.ª B: Técnico Superior, atividade de Economista — Implementar e acompanhar o projeto de criação do Gabinete de Apoio à Agricultura/Agricultor e Empreendedorismo do município, desempenhando funções de grau de complexidade funcional 3, mencionadas no Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), designadamente funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento

superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores. Informar, instruir, acompanhar, elaborar relatórios, monitorizar as operações, apoiar iniciativas/ações de empreendedorismo e prestar todo o apoio técnico necessário que o mencionado Gabinete venha a carecer.

#### 7.1 — Competências essenciais:

Orientação para resultados  
Planeamento e organização  
Conhecimentos especializados e experiência  
Iniciativa e autonomia  
Trabalho de Equipa e Cooperação

#### 7.2 — Categorias de referência:

Os trabalhadores a contratar exercerão as suas funções por referência à categoria de Técnico Superior da carreira geral e unicategorial de Técnico Superior, sem estarem integrados numa carreira, nos termos do n.º 2 do artigo 79.º da LTFP.

#### 8 — Posicionamento remuneratório:

A determinar por negociação, nos termos do artigo 38.º da LTFP, conjugado com o artigo 42.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

#### 8.1 — Posição remuneratória de referência:

Nos termos do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, a posição remuneratória para o presente procedimento é a 2.ª posição remuneratória/nível remuneratório 15 da categoria de Técnico Superior, carreira geral e unicategorial de Técnico Superior, a que corresponde, presentemente, a remuneração base de 1.201,48 euros de acordo com a Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

#### 9 — Requisitos de admissão:

##### 9.1 — Gerais:

A constituição dos vínculos de emprego públicos depende da reunião dos requisitos instituídos no artigo 17.º da LTFP, ou seja, *a)* nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial, *b)* 18 anos de idade completos, *c)* não inibição do exercício de funções públicas ou interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar, *d)* robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções e *e)* cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

##### 9.2 — Especiais:

Situação militar regularizada (artigo 56.º da Lei do Serviço Militar).

#### 10 — Nível habilitacional exigido:

Ref.<sup>a</sup> A — Licenciatura em Psicologia.

Ref.<sup>a</sup> B — Licenciatura em Economia.

10.1 — Não é admitida a substituição do nível habilitacional por formação profissional e/ou experiência profissional.

#### 11 — Local de trabalho:

Paços do Concelho de Macedo de Cavaleiros ou outro edifício municipal, na sede de concelho que vier a ser definido.

#### 12 — Área de recrutamento:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. Em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação desta regra, o recrutamento será feito de entre trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo determinado e determinável ou de entre indivíduos sem vínculo de emprego público.

#### 13 — Impedimentos de admissão:

Por força da alínea *l)* do n.º 3 do artigo 19.º da citada Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, não são admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal 2018 do Município de Macedo de Cavaleiros, idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publica o procedimento.

#### 14 — Métodos de seleção:

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da LTFP, Avaliação Curricular, de caráter obrigatório e, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual, Entrevista Profissional de Seleção, de caráter complementar.

##### 14.1 — Avaliação Curricular (AC):

Neste método de seleção são considerados e ponderados os seguintes parâmetros, com relevância para o posto de trabalho a ocupar: Habilitação Académica (HA), Formação Profissional (FP) e Experiência Profissional (EP). A Avaliação Curricular é expressa numa escala de 0 a

20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a sua classificação obtida através da seguinte fórmula:

$$AC = (HA \times 30 \% + FP \times 30 \% + EP \times 40 \%)$$

#### 14.2 — Entrevista Profissional de Seleção (EPS):

Neste método de seleção são considerados e ponderados os seguintes parâmetros de avaliação: *a)* conhecimentos teóricos e práticos dos problemas e tarefas inerentes à função a exercer; *b)* sentido de organização e capacidade de inovação; *c)* capacidade de relacionamento; *d)* capacidade demonstrada na procura de soluções, perante situações problemáticas, hipoteticamente criadas. A ponderação de cada parâmetro de avaliação é feita nos termos dos números 6 e 7 do artigo 18.º da citada Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. A Entrevista Profissional de Seleção, a realizar pelo Júri, tem a duração máxima de 20 minutos.

#### 14.3 — Exclusões:

Cada um dos métodos de seleção é eliminatório. É excluído do procedimento o candidato que obtenha uma classificação inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhe sendo aplicado o método seguinte, conforme resulta do artigo 18.º, n.º 13 da citada Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro. A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de seleção, que exijam a sua presença, equivale à sua exclusão do procedimento.

#### 15 — Classificação final (CF):

A Classificação final dos candidatos é expressa numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = AC \times 60 \% + EPS \times 40 \%$$

#### 15.1 — Critérios de ordenação preferencial:

Em caso de igualdade na classificação final entre candidatos, os critérios de preferência a adotar são os previstos no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual. Subsistindo o empate após a aplicação dos referidos critérios, a ordenação dos candidatos que se encontrem em igualdade de valoração é efetuada, de forma decrescente, em função: *a)* do nível habilitacional mais elevado; *b)* da maior classificação final do mesmo nível habilitacional; *c)* de menor idade.

#### 16 — Consulta do processo concursal:

As atas das reuniões do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito.

16.1 — A notificação dos candidatos admitidos/excluídos bem como a convocação para os métodos de seleção faz-se de acordo com o previsto nos artigos 30.º, 31.º e 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

#### 17 — Publicidade da lista unitária de classificação e ordenação final:

Depois de homologada, a lista unitária de classificação e ordenação final afixada nos Paços do Concelho, disponibilizada na página eletrónica do município, em [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt), sendo, ainda, publicado um aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

#### 18 — Composição e identificação do júri:

Ref.<sup>a</sup> A: Presidente: João dos Santos Rodrigues Martins (Chefe de Divisão Municipal); Vogais Efetivos: (1) Paulo José Castro Rogão (Diretor de Departamento Municipal) e (2) Cristina Paula Couraceiro Brinço (Chefe de Divisão); Vogais Suplentes: (1) Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires (Técnico Superior) e (2) Elsa Isabel Jornal Mirandês Brinço (Técnica Superior).

Ref.<sup>a</sup> B: Presidente: João dos Santos Rodrigues Martins (Chefe de Divisão Municipal); Vogais Efetivos: (1) Paulo José Castro Rogão (Diretor de Departamento Municipal) e (2) Abílio Rogério Castanheiro Pinto (Chefe da Unidade); Vogais Suplentes: (1) Elsa Isabel Jornal Mirandês Brinço (Técnica Superior) e (2) Cristina Paula Pinto Ribeiro Pires (Técnico Superior).

#### 18.1 — Substituição:

Nas faltas e impedimentos do Presidente do Júri, o primeiro vogal efetivo é quem o substituirá.

#### 19 — Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante o preenchimento de um formulário tipo, de uso obrigatório, devidamente datado e assinado, disponível no Setor de Arquivo Municipal e Expediente Geral da Câmara Municipal nos Paços do Município de Macedo de Cavaleiros e na página eletrónica do Município de Macedo de Cavaleiros, em [www.cm-macedodecavaleiros.pt](http://www.cm-macedodecavaleiros.pt). A apresentação da candidatura deve ser efetuada por correio registado, com aviso de receção, e remetida ao Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros (Jardim 1.º de maio, s/n, 5340-218 Macedo de Cavaleiros), até ao fim do prazo fixado neste aviso ou entregue pessoalmente no mencionado Setor, entre

as 9:00 e as 12:30 horas e as 14:00 e as 17:00 horas. Não são aceites candidaturas enviadas por correio eletrónico.

#### 19.1 — Apresentação de documentos:

As candidaturas devem ser instruídas com os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Formulário tipo de candidatura, corretamente preenchido e assinado; b) fotocópia simples ou autenticada do certificado de habilitações literárias ou de outro documento legalmente idóneo; c) *curriculum vitae* devidamente datado e assinado pelo candidato; d) quando aplicável, declaração autêntica, emitida pelo órgão ou serviço público de origem, datada em momento coincidente com o período de apresentação de candidaturas, da qual conste, de modo inequívoco, a modalidade do vínculo de emprego público, a descrição detalhada da atribuição, competência ou atividade que executa, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública.

#### 20 — Quota de emprego para candidatos com deficiência:

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, para os candidatos com deficiência, com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, serão garantidas as quotas de emprego. Na referência a concurso em que o número de lugares a preencher é igual a três, é garantida a reserva de um lugar para candidatos com deficiência. Nas referências a concurso em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

#### 20.1 — Declaração sob compromisso de honra:

Os candidatos com deficiência devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o grau de incapacidade, o tipo de deficiência, e ainda os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção.

#### 21 — Publicidade do procedimento concursal:

O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público, na página eletrónica do Município de Macedo de Cavaleiros e em jornal de expansão nacional, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na sua redação atual.

5 de novembro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, *Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues*.  
311806328

### Despacho n.º 11113/2018

Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, no uso da competência que lhe confere o artigo 35.º, n.º 2, alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o artigo 21.º, n.º 9 da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, por despacho, datado de 2018-10-08, com fundamento na proposta de designação apresentada pelo Júri do Procedimento Concursal, determinou o provimento de cargos dirigentes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, com efeitos a partir de 08 de outubro de 2018, renováveis por iguais períodos de tempo, como se indica: no cargo de direção intermédia de 1.º grau, para o Departamento de Administração Geral, Paulo José Castro Rogão; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão Jurídica e Administrativa, João dos Santos Rodrigues Martins; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão de Ambiente e Gestão Territorial, Cristina Maria Pires Ferreira; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão de Obras Municipais, Paulo Jorge Vilares dos Santos; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão de Equipamentos e Recursos Operacionais, Vítor António Braz; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão do Conhecimento e Desenvolvimento Social, Cristina Paula Couraceiro Brinço; no cargo de direção intermédia de 2.º grau, para a Divisão de Turismo e Promoção do Território, Antónia Maria Morais; no cargo de direção intermédia de 3.º grau, para a Unidade de Finanças, Abílio Rogério Castanheira Pinto e no cargo de direção intermédia de 3.º grau, para a Unidade de Planeamento e Projetos, Alcino Duarte Pires Loureiro.

#### ANEXO

Segue a síntese curricular dos designados:

#### Paulo José Castro Rogão

##### i) Habilitações académicas:

Licenciado em Direito;

Especialização em Administração Autárquica pelo Instituto Politécnico de Bragança — Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo;

Curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL) promovido pelo CEFA.

##### ii) Atividade profissional:

De 26 de outubro de 2017 até 08 de outubro de 2018, designado Diretor de Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, em regime de substituição;

De setembro de 2013 a 25 de outubro de 2017, técnico superior, jurista, na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

De fevereiro de 2004 a agosto de 2013, designado Diretor de Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Carrizada de Ansiães;

De maio de 1999 a janeiro de 2004, designado Chefe de Repartição Administrativa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Chefe da Divisão dos Assuntos Jurídicos da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e Diretor do Departamento de Administração Geral;

Fevereiro de 1999 ingresso no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, carreira de técnico superior, área de jurista.

##### iii) Formação profissional:

Direito Administrativo;

Contratação Pública;

Finanças Locais;

Gestão e Avaliação de Pessoal.

##### iv) Informação adicional:

Curso de Formação Pedagógica de Formadores;

Curso de Assessorias Técnicas Municipais;

De 1995 a 1998, exercício de advocacia.

#### João dos Santos Rodrigues Martins

##### i) Habilitações académicas:

Licenciado em Direito;

Curso Superior de Solicitadoria e Assessoria Jurídica;

Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais e Urbanismo pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

##### ii) Atividade profissional:

De 1 de fevereiro de 2018 até 08 de outubro de 2018, designado Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

De 01 de janeiro de 2008 até 01 de fevereiro de 2018, Técnico Superior, jurista, na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

De 15 de junho de 1993 até 01 de janeiro de 2008, Fiscal Municipal, na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

Em 15 de março de 1989 ingresso no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, Guarda Noturno.

##### iii) Formação profissional:

Direito Administrativo;

Urbanismo;

Contraordenações;

Recursos Humanos.

##### iv) Informação adicional:

CCP — Certificado de Competências Pedagógicas.

#### Cristina Maria Pires Ferreira

##### i) Habilitações académicas:

Licenciada em Engenharia Civil (pré-bolonha).

##### ii) Atividade profissional:

1993-1194 Janeiro: Sociedade de Construções Gomes do Monte S. A., direção de obra;

1994-1995 Monte e Monte S. A., planeamento e orçamentação;

1995 a 1997 Ecop Deutschland (empresa do Grupo Ecop — Arnaldo de Oliveira S. A.) Stuttgart, Alemanha, direção de obra e acessória da gerência;

1997-1999 Trás Minho Construções L.ª, Dammweg, 15 Brombachtal Alemanha Orçamentação, direção de obra e acessória da gerência;

Abril de 1999 — Técnico superior na Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;

2004 — Chefe da Divisão de Ambiente e Abastecimento Público;